

O DEBATE SOBRE AS UNIVERSIDADES POPULARES NA IMPRENSA PORTUGUESA DE EDUCAÇÃO E ENSINO. O EXEMPLO DE «A VIDA PORTUGUESA» (1912-1915)

Joaquim Antônio de Sousa Pintassilgo

Centro de Investigação em Educação

Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Eixo Temático 6 – Intelectuais, pensamento social e educação

A presente comunicação insere-se numa mesa coordenada que pretende relacionar a intervenção de intelectuais no campo educativo com o desenvolvimento de projectos na área da educação popular, recorrendo à imprensa de educação e ensino como fonte privilegiada de informação. Há uma intenção comparativa subjacente à conjugação que se intenta efectuar.

A produção intelectual portuguesa da transição do século XIX para o século XX é muito marcada pela difusão das teses decadentistas e pela presença dos lugares-comuns da ideologia positivista. A proclamação, em 1910, do novel regime republicano foi acompanhada pela crença nas suas virtualidades regeneradoras. Para um conjunto de intelectuais do período, a mudança política era, no entanto, insuficiente. Tornava-se necessário, principalmente, fomentar o progresso por via da educação e da cultura e contribuir para a promoção cívica do povo.

A «Renascença Portuguesa» (formada em 1911) tornou-se o mais importante dos movimentos culturais então criados e assumiu como principal finalidade a tarefa de elaboração e difusão da cultura considerada necessária para a almejada regeneração social. Dela fizeram parte alguns dos mais influentes intelectuais do período subsequente, como Jaime Cortesão, António Sérgio, Teixeira de Pascoais, Leonardo Coimbra, Raúl Proença, entre muitos outros. A revista literária e artística *A Águia* tornou-se, a partir de 1912, o órgão oficial do movimento.

A partir da iniciativa de Jaime Cortesão (e também propriedade do movimento) nasceu ainda, no mesmo ano de 1912, a revista *A Vida Portuguesa* de cujo programa faz parte todo um esforço de reflexão sobre os problemas pedagógico, religioso, económico e social, na busca de soluções que conciliem “o espírito da pátria portuguesa” com “o espírito moderno”. É o problema pedagógico que vai estar, na verdade, aí em destaque,

o que não deixa de ser expressão da crença, geralmente partilhada, na regeneração por via da educação.

Um dos temas principais a ser tratado, de forma recorrente, nas páginas de *A Vida Portuguesa*, em particular por Jaime Cortesão, é o que se refere às Universidades Populares. Numa sequência de nove artigos o autor reflecte sobre a noção de Universidade Popular (nos contextos português e internacional), suas finalidades e especificidade relativamente a outras instituições, sobre os seus destinatários e, em geral, sobre a noção de povo, sobre as actividades a desenvolver de acordo com o seu espírito, etc. A revista veicula, ainda, informações acerca das universidades populares dinamizadas pela «Renascença Portuguesa». É toda esta reflexão produzida no interior de *A Vida Portuguesa* sobre as Universidades Populares que é assumida como objecto da presente comunicação. Procuraremos, ainda, captar o posicionamento particular de Jaime Cortesão – um intelectual com fortes ligações ao Brasil (onde viveu entre 1940 e 1957) – sobre a temática da educação popular.

1. As finalidades da «Renascença Portuguesa»

A primeira reunião preparatória da formação da «Renascença Portuguesa» realizou-se em Coimbra no dia 27 de Agosto de 1911, à qual se sucedeu uma reunião em Lisboa no dia 17 de Setembro do mesmo ano. Em Janeiro de 1912 é publicado o n.º 1 da 2ª Série da revista *A Águia*, em publicação, sob a direcção de Álvaro Pinto, desde Dezembro de 1910, cujo subtítulo original - “revista quinzenal de literatura e crítica” – era expressão fiel do seu carácter acentuadamente literário e artístico. A partir do início da referida 2ª Série a revista passa a ser considerada como órgão da «Renascença Portuguesa». Após atravessar várias fases da vida cultural portuguesa, a revista extingui-se-á em 1932, quando o regime autoritário do chamado Estado Novo já dava os seus primeiros passos.

Segundo o seu Estatuto, publicado no número inaugural de *A Vida Portuguesa*, “A Sociedade [«A Renascença Portuguesa»] tem por fim promover a maior cultura do povo português, por meio da conferência, do manifesto, da revista, do livro, da biblioteca, da escola, etc.”¹. Num artigo de Jaime Cortesão, publicado no mesmo periódico, por ele dirigido, são proclamados como “os mais altos fins da Renascença Portuguesa” os

¹ Estatuto da Renascença Portuguesa. *A Vida Portuguesa. Quinzenário de Inquérito à Vida Nacional*, N.º 1, 31 Outubro 1912.

seguintes: “Dar ao povo português a consciência clara do original espírito lusitano e polarizar-lhe as energias no sentido alevantado de realizar um nobre ideal colectivo, eis a mais alta finalidade que ilumina os esforços daqueles que trabalham dentro da Renascença Portuguesa”². Numa entrevista dada pelo mesmo Jaime Cortesão, a propósito da reabertura, após as férias lectivas, dos trabalhos da Universidade Popular do Porto, o autor formula de forma sintética e lapidar, na sua peculiar dialéctica, essas mesmas finalidades: “despertar na alma do povo energias adormecidas, tornar consciente e firme o amor pátrio e desenvolver-lhe na consciência um novo ideal colectivo”³. Finalmente, António Sérgio, num artigo em que retoma as ideias desenvolvidas numa conferência proferida no Rio de Janeiro, aquando duma estadia sua no Brasil, apresenta da seguinte forma os propósitos da «Renascença Portuguesa»:

Começo por vos dizer quem somos, ou antes, o que pretendemos: pretendemos a cultura do povo português. Se interpreto com justeza o nosso comum pensamento, ou se me é lícito avaliar pela minha a disposição dos meus amigos, fundámos a *Renascença* na convicção, mais ou menos consciente, de que a Pátria demanda uma revolução *construtiva*; e de que a maneira mais eficaz de a tentar não são os processos vulgares da política, mas sim uma larga acção educadora, exercida pela fundação e manutenção de jardins-escolas e escolas-oficinas, universidades populares, revistas, conferências, discussões... Nessa irmandade espiritual que se propõe acordar um povo pela acção moral e educativa, contam-se actualmente homens de todas as classes sociais, e não só portugueses, mas brasileiros também.⁴

A anterior sequência de citações é muito esclarecedora relativamente ao contexto cultural em que se situa a «Renascença Portuguesa». Uma ideia central é a de que a simples revolução política – representada pela República - era insuficiente. Embora adeptos do novo regime – que em alguns casos, como o do próprio Jaime Cortesão, defenderam de armas na mão – os homens da Renascença mantêm um relativo distanciamento crítico relativamente à possibilidade de mudar o país por essa via. A “Revolução construtiva”, de que fala Sérgio, é uma verdadeira revolução cultural, decorrente da promoção da cultura, por via de “uma larga acção educadora”, no seio do povo português, despertando-o, assim, de uma longa letargia. Pretende-se, na verdade, dar um substracto cultural à nova sociedade republicana. Essa era uma responsabilidade

² CORTESÃO, J. As Universidades Populares. VI – A Universidade Popular do Porto e a Renascença Portuguesa. *A Vida Portuguesa...*, N.º 10, 16 Março 1913, p.73.

³ No Porto. A «Renascença Portuguesa» reabre a Universidade Popular. Entrevista a Jaime Cortesão. *A Vida Portuguesa...*, N.º 10, 16 Março 1913, p.73.

⁴ SÉRGIO, A. O problema da cultura. *A Vida Portuguesa...*, N.º 23, 1 Março 1914, p.21.

a que uma elite consciente de intelectuais, detentores das verdades da ciência e da cultura, considerava não de poder eximir. É, a este propósito, significativa a referência de Sérgio à “irmandade espiritual que se propõe acordar um povo pela acção moral e educativa”. As concepções da Renascença estão, assim, claramente em consonância com a utopia educativa que atravessa as décadas de transição entre os séculos XIX e XX – pretende-se regenerar o país através da educação.

O próprio nome de «Renascença Portuguesa» é sintomático a esse respeito, como o mostram alguns dos excertos anteriormente apresentados, ao mesmo tempo que dão conta da ambivalência de tal projecto. A expressão remete, por um lado, para um momento essencial que importa recuperar – o “original espírito lusitano” ou a “alma do povo”, de que nos fala Jaime Cortesão – recorrendo a um dos grandes mitos da nossa história cultural - a filiação dos portugueses nos lusitanos (já há muito desconstruída por Alexandre Herculano) - e enfatizando o elemento de continuidade relativamente a um “espírito” ou uma “alma” originais, o que explica o idealismo patriótico que perpassa muitos dos discursos da Renascença. Será Teixeira de Pascoaes, o grande ideólogo do movimento na sua fase inicial, que procurará dar substância (filosófica e literária) a esse pensamento por via do chamado «saudosismo». Mas, por outro lado, a «Renascença Portuguesa» (como a «Saudade») não aposta apenas na recuperação de um passado perdido, ela pretende, nas palavras de Jaime Cortesão, desenvolver na consciência do povo “um novo (e “nobre”) ideal colectivo”. É esta ambivalência e complexidade nas relações entre a tradição e a inovação, entre patriotismo e universalismo, entre misticismo e racionalismo, que estarão na origem, não só de vivas polémicas nas páginas de *A Águia* e de *A Vida Portuguesa*, como de uma importante cisão no seio do movimento, colocando, num primeiro momento, de um lado, entre outros, Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra e Jaime Cortesão (o grupo que vai marcar as concepções dominantes) e, do outro, por exemplo, António Sérgio e Raúl Proença.

Em relação às estratégias a desenvolver, o consenso parece ter sido maior. A acção educativa e cultural deveria assumir a forma de Universidades Populares (que a Renascença criará no Porto, em Coimbra, em Vila Real e na Póvoa do Varzim), de revistas (em primeiro lugar, *A Águia* e *A Vida Portuguesa*), de livros (através das “Edições da Renascença Portuguesa”, organizadas em “colecções”), de uma biblioteca (criada na sede da Renascença) e da realização de cursos, conferências, concertos, etc.

2. Jaime Cortesão: percurso biográfico e intervenção cultural

Jaime Cortesão (1884-1960) foi o Director de *A Vida Portuguesa*, ao longo dos cerca de três anos da sua publicação, um dos grandes ideólogos da «Renascença Portuguesa» e, particularmente, para o que aqui mais nos interessa, um dos grandes impulsionadores e teorizadores do movimento das Universidades Populares. Médico, professor do ensino liceal (no Porto), voluntário na Grande Guerra (como médico miliciano), Director da Biblioteca Nacional de Lisboa (1919-1926), fundador do grupo «Seara Nova» (cuja revista começa a ser publicada em 1921, retomando alguns dos grandes desígnios da Renascença e congregando muitos dos seus membros), estes são alguns dos principais momentos do percurso de Jaime Cortesão durante a 1ª República. Sublinhe-se o facto de ter incluído a “missão cultural que acompanhou o presidente da República António José de Almeida ao Brasil, aquando das comemorações do centenário da independência deste país em Agosto de 1922” (Cf. GARCIA, 1987, p.12). Exilado (em França e Espanha) após o início da Ditadura Militar (1926) que desembocará no Estado Novo salazarista, toma parte activa nos movimentos da oposição ao regime autoritário, de que se torna uma referência incontornável. Preso ao tentar entrar em Portugal (1940), Jaime Cortesão conhece de novo o exílio, desta feita no Brasil, entre 1940 e 1957. Estabeleceu-se no Rio de Janeiro, embora também tenha passado grandes períodos em São Paulo, para além de percorrer o país. Entre outras actividades, trabalhou no Ministério das Relações Exteriores e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, leccionou no Instituto Rio Branco (do Itamaraty), dirigiu a «Colecção Clássicos e Contemporâneos» das Edições Livros de Portugal (tendo-a inaugurado com a *Carta de Pêro Vaz de Caminha*), proferiu inúmeras conferências e regeu cursos em várias universidades brasileiras, colaborou em revistas e jornais (designadamente em *O Estado de S. Paulo*). O período brasileiro foi, mesmo, o mais produtivo no que diz respeito à sua actividade de historiador, aquela que o tornou mais conhecido para a posteridade, tendo aí publicado algumas das suas obras mais marcantes (de que é exemplo *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*). Em 1952 aceita o convite para coordenar a organização da *Exposição Histórica de São Paulo*, no âmbito das comemorações do 4º Centenário da Fundação da Cidade, tarefa de que se encarregou com assinalável sucesso nos anos subsequentes (Cf. SANTOS, 1993). Na opinião de um dos seus biógrafos, “ele contribuiu mais do que ninguém, e mais do que qualquer teórico acordo cultural, para o estreitamento de relações entre Portugal e o Brasil” (Cf. GARCIA, 1987, p.16). Em 1957 regressou a Portugal, tendo participado até à sua morte

(em 1960) em diversas actividades da oposição ao regime, designadamente na campanha presidencial de Humberto Delgado.

3. *A Vida Portuguesa* (1912-1915)

A revista *A Vida Portuguesa* conhece a luz do dia em Outubro de 1912 no Porto, sob a direcção de Jaime Cortesão. A decisão foi tomada numa reunião da «Renascença Portuguesa», realizada em 2 de Junho de 1912, tal como é relatado pelo próprio Cortesão no número inaugural da publicação:

Foi combinado que em Outubro, juntamente com a reabertura da Universidade Popular do Porto, se encetaria a publicação dum quinzenário de inquérito à vida nacional sob o quádruplo aspecto do problema religioso, pedagógico, económico e social, tentando resolvê-lo, em harmonia com o espírito moderno, e especialmente em conformidade com as necessidades actuais e o original espírito da Pátria Portuguesa.⁵

É bem visível a consonância com as finalidades gerais da Renascença e, em particular, a tentativa de harmonização dialéctica entre “o original espírito da Pátria Portuguesa” e “o espírito moderno”. Do subtítulo inicial consta a expressão «quinzenário de inquérito à vida nacional». A periodicidade, que começa, de facto, por ser quinzenal, passa a mensal em Julho de 1913, implicando a mudança do subtítulo para «boletim de inquérito à vida nacional». Finalmente, em Janeiro de 1914, a revista passa a ser considerada «Boletim da *Renascença Portuguesa*», o que já correspondia, em boa medida, à realidade.

Embora se mantenha uma secção regular dedicada às «questões económicas», também encontramos textos frequentes vocacionados para a «vulgarização científica» e colaborações esparsas sobre questões religiosas, entre outros assuntos. No entanto, vão ser as chamadas «questões educativas» que vão merecer tratamento destacado em *A Vida Portuguesa*. Aí se inserem a sequência de artigos de Luísa Sérgio «sobre a educação da criança», a colaboração abundante de Augusto Martins e, em particular, os nove artigos de Jaime Cortesão sobre as Universidades Populares, a que daremos particular atenção. A revista dá ainda especial relevo às actividades da «Renascença

⁵ CORTESÃO, J. «A Vida Portuguesa». *A Vida Portuguesa...*, N.º 1, 31 Outubro 1912, p.1.

Portuguesa» e das suas Universidades Populares, nela se inserindo, igualmente, abundante publicidade às publicações do grupo, nas suas diversas colecções.

O último número de *A Vida Portuguesa* – n.º 39 – está datado, depois de um hiato de alguns meses, de Novembro de 1915. O contexto torna-se complexo para os propósitos regeneradores do movimento. A Grande Guerra continua a sua marcha e, em breve, Portugal passará formalmente a fazer parte dos países beligerantes (Março de 1916). Os articulistas da revista, designadamente o seu director (que agirá em conformidade), mostram-se, em geral, favoráveis à participação portuguesa (à excepção de vozes isoladas, como a de António Sérgio). A instabilidade política aprofunda-se nesse ano de 1915, marcado pela curta experiência ditatorial de Pimenta de Castro. Será preciso esperar pelo pós-guerra para que se desenvolvam novas iniciativas nos campos da educação popular e do associativismo cultural, assim como novas experiências editoriais.

4. As reflexões de Jaime Cortesão sobre as Universidades Populares

O primeiro artigo de Jaime Cortesão – num conjunto de nove – dedicado ao tema das Universidades Populares foi publicado no n.º 3 da revista, em Novembro de 1912, e intitulava-se: «As Universidades Populares. I – Sua missão e necessidade em Portugal». O autor reflecte, principalmente, sobre o público das referidas instituições. Se, em França, elas se dirigiam aos operários – ou seja, ao “Povo num sentido muito restrito” -, em Portugal “não pode, nem, deve ser assim”. Entre nós, defende, as Universidades Populares “têm de se dirigir ao povo num sentido muito lato e aliás mais verdadeiro”. Isto é assim porque, por um lado, a concepção de Povo perfilhada por Cortesão abarca “todos os portugueses a qualquer classe que pertençam” e, por outro, porque todo esse Povo está “falho de educação”, seja por ser “completamente ignorante” ou por ter tido “uma educação cheia de taras jesuíticas”. O primeiro grupo ainda preserva “algumas virtudes e qualidades essenciais”, o segundo – consubstanciado na figura do “bacharel” – é “o mais legítimo representante da nossa decadência intelectual e moral”. Quer uns quer outros, na opinião do autor, “desconhecem o conceito moderno de patriotismo – o patriotismo humanitário”. Combater este estado de coisas é a missão das Universidades Populares⁶.

⁶ CORTESÃO, J. As Universidades Populares. I – Sua missão e necessidade em Portugal. *A Vida Portuguesa...*, N. 3, 30 Novembro 1912, pp.19-20.

As reflexões de Jaime Cortesão deixam bem claro, em primeiro lugar, ser esse um projecto de integração social e cultural e, de modo algum, apesar dos discursos que tomam o Povo como protagonista central, um projecto assente em critérios de classe. O que se pretende é congregar os esforços de todos à volta de “um ideal colectivo e nacional”, ainda que conciliável com uma perspectiva humanista. Em segundo lugar, encontramos um olhar sobre o Povo marcado por alguma ambivalência: não obstante a “ignorância” que o caracteriza, mantém algumas das virtudes da “raça”. O olhar sobre algumas elites é marcado pelo discurso sobre a decadência proveniente da Geração de 70. Assim se compreende o papel de regeneração intelectual e moral da vida portuguesa que a «Renascença Portuguesa» atribui a si própria.

No artigo «Universidades Livres, Extensões universitárias, Universidades Populares», Jaime Cortesão dedica-se, em particular, à tentativa de clarificar esses três conceitos, até porque já existiam nesse momento em Portugal instituições usando a primeira e a terceira das expressões, tendo a segunda já entrado, igualmente, no debate pedagógico. Segundo o autor, o nome Universidade Livre deve aplicar-se “a organizações [de iniciativa particular] que têm por fim o ensino superior, o que já demanda um público bem preparado”. As Extensões Universitárias são formadas, na sua opinião, “dentro de cada Universidade unicamente pelos seus professores, pagos pelo Estado; realizam cursos seguidos para todo e qualquer público”, onde se incluem “exercícios” e “exames”, bem como a outorga de “diplomas”. Finalmente, as Universidades Populares “pretendem realizar, mais que isso, uma obra de educação e acção social e nacional”. A conclusão é a de que, apesar da confusão de nomes, em Portugal “não houve ainda propriamente Universidades Livres. O que há e deve haver são Universidades Populares”⁷. As anteriores categorização e caracterização são, sem dúvida, coerentes com a centralidade do projecto de educação popular no âmbito dos trabalhos da «Renascença Portuguesa». O que se pretende, fundamentalmente, não é educar (apenas) as elites, mas sim todo o povo, ainda que na acepção lata há pouco referenciada.

O terceiro artigo da série - «Como as Universidades Populares começaram em França» - faz o historial do desenvolvimento pioneiro daquelas instituições no referido país, destacando o papel do operário tipógrafo Georges Deherme, e apresenta o seu ambicioso programa e respectiva concretização (ainda que parcial). Apesar de

⁷ CORTESÃO, J. Universidades Livres, Extensões Universitárias, Universidades Populares. II. *A Vida Portuguesa...*, N.º 4, 15 Dezembro 1912, pp.25-26.

considerar ser “diferente o estado do operariado francês e do nosso”, Jaime Cortesão encontra, mesmo assim, alguns defeitos comuns, como “a ignorância e a deseducação”, associadas a “desvairamento, violência e fanatismo”⁸. Definitivamente, o Povo não surge idealizado sob o olhar de um intelectual – como é Jaime Cortesão –, apesar de sinceramente empenhado na educação popular.

Em «A Universidade Popular do Porto» o autor retoma o tema do público das Universidades Populares, para recriminar “o nosso operário”, por não acorrer “em grande número às lições da Universidade Popular”. Este texto é interessante por uma dupla razão. Em primeiro lugar, por dar conta de quem são os participantes nas actividades. O seu número terá sido avultado – e a documentação comprova-o -, mas principalmente de pessoas oriundas das “classes médias” – professores, estudantes, comerciantes, militares, empregados de comércio, etc. – segundo anota o próprio Cortesão. A razão, acrescenta, é que falta ao nosso operariado “uma preparação primária geral” que lhe permita tirar proveito das conferências e cursos da Universidade Popular do Porto. Esse facto não retira o “carácter popular” à instituição, pois esses grupos não só fazem parte do povo – ideia que, como já vimos, é assumida pelo autor -, como “necessitam de instrução e de educação”⁹. Em segundo lugar, as anteriores reflexões testemunham sobre a dificuldade que os intelectuais da «Renascença Portuguesa» têm de atingir os sectores operários, através de uma estratégia de vulgarização científica e cultural, apesar de ser esse um dos seus objectivos.

No artigo «A Universidade Popular e o operariado» - o sétimo da série - Jaime Cortesão retoma o seu tema predilecto. Partindo do exemplo do único curso “que atraiu numa enorme afluência o público operário” – as lições de Cristiano de Carvalho sobre a Comuna de Paris (o que o autor acha compreensível, à luz do interesse que tem, para os operários, o conhecimento de “um dos mais interessantes capítulos da questão social”) - o autor renova as críticas ao mesmo operariado por não ter dado a devida atenção às outras lições – como por exemplo as de biologia – e procura aprofundar as explicações anteriormente apresentadas.

Isto me leva a crer que uma parte do operariado não se tenha ainda convencido da extraordinária importância que a educação haja para a solução da questão

⁸ CORTESÃO, J. Universidades Populares. III – Como as Universidades Populares começaram em França. *A Vida Portuguesa...*, N.º 5, 31 Dezembro 1912, pp.33-34.

⁹ CORTESÃO, J. As Universidades Populares. IV – A Universidade Popular do Porto. *A Vida Portuguesa...*, N.º 6, 16 Janeiro 1913, pp.41-42.

económica, como para o seu progresso e valorização definitiva nas lutas do futuro. Isso me leva igualmente a reflectir sobre aquilo a que se poderá chamar o *revolucionarismo providencialista*... Em Portugal, em tempos de monarquia, havia quem atribuisse à revolução republicana a vir as virtudes providencialistas de reformar os costumes, baratear os géneros e, acho que até, endireitar a espinhela caída. Veio a Revolução e como os povos não se transformam aí do pé para a mão, vá de gritar traição, desenganos, desesperos e de cair agora no defeito contrário, negar agora a parte porque lhes não deram o todo. Creio também que haja quem revista a Revolução Social das mesmas virtudes omnipotentes e providencialistas, acreditando que nessa palavra ou nesse facto existam infinitos caudais de felicidade, sabedoria, liberdade e harmonia social, que só um profundo e ainda imenso labor educativo podem dar.¹⁰

Para além de uma subtil ironia, as anteriores reflexões são de uma enorme lucidez e expressam bem qual a alternativa que a «Renascença Portuguesa» procura apresentar em face da chamada “questão social”. O autor procura desmistificar as crenças ingénuas e messiânicas nas virtualidades transformadoras de uma qualquer revolução, seja ela a revolução republicana do 5 de Outubro de 1910 ou a revolução social desejada pelo movimento operário e pelos sectores anarco-sindicalistas nele predominantes à época. Fora essa, de resto, a atitude da «Renascença Portuguesa» em relação à República. O mais importante seria, após a mudança política, a transformação das consciências por via da acção educativa e cultural, que ela se propunha realizar. Mais uma vez, como em anteriores referências, está subjacente a estas reflexões a ideia de que é aos intelectuais, erigindo-se ao papel de “consciência crítica” da sociedade, conduzir os operários e todo o povo no sentido da almejada regeneração moral e intelectual, regeneração essa – retomando, para concluir, os grandes ideais do movimento – fundamentada no “ideal de lusitanização”, na “revelação profunda desse espírito bem português” e, ao mesmo tempo, em “todo o movimento moderno”, ou seja - continuando a seguir as palavras do derradeiro artigo da série -, na “larga tendência moderna – a que leva as nacionalidades a definirem nitidamente a sua obra civilizadora, procurando fazer da sua acção actual um corpo vivo com raízes no passado”¹¹.

Referências:

GARCIA, J. M. (1987). *O essencial sobre Jaime Cortesão*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

SANTOS, A. R. (1993). *Jaime Cortesão: um dos grandes de Portugal*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.

¹⁰ CORTESÃO, J. A Universidade Popular e o operariado. *A Vida Portuguesa...*, N.º 19, 1 Novembro 1913, p.145.

¹¹ CORTESÃO, J. Universidades Populares. IX – Nacionalismo e cosmopolitismo. *A Vida Portuguesa...*, N.º 22, 10 Fevereiro 1914, p.9.